

## VIOLÊNCIA ESCOLAR: Arquivando Traumas e Enfrentando Desafios na Filosofia da Educação, Psicanálise e Educação

Amarildo Luiz Trevisan<sup>1</sup>  
Alexandre Oliveira Silva<sup>2</sup>  
Bibiana Silveira Luft<sup>3</sup>

### RESUMO

O texto pretende compreender, na perspectiva da relação filosofia da educação, psicanálise e educação, a viabilidade da institucionalização de práticas dialógicas informadas como contraponto e prevenção à violência na educação. Para isso, trata das dificuldades de seus registros em arquivos e o imperativo de (re)construir mediações dialogadas e propositivas, com vista a sua melhor compreensão e enfrentamento na convivência da relação educando e educador. O objetivo é investigar hermenêuticamente as contribuições de Freud, Adorno e Derrida sobre a relação entre violência, linguagem e memória. Além disso, pretende auscultar os professores e gestores de escolas públicas de cinco municípios gaúchos, mediante a análise de uma experiência de ensino e pesquisa realizada por meio do curso de Ciências da Religião – UAB/UFSM. O intuito é compreender de forma edificante o lugar vago da docência de forma dialogada e esclarecida, pretendendo (re)construir mediações teóricas e estratégias de intervenção como forma de enfrentamento à violência na/da educação. Nesse sentido, levanta subsídios na reflexão dialógica da prática pedagógica de educadores das redes de ensino, no sentido de problematizar o significado da relação teoria e prática na formação de professores, em tempos de exceção normalizadora e da ausência de arquivos contendo informações específicas de cada escola.

**Palavras-chave:** filosofia da educação; psicanálise; educação; arquivo; hermenêutica.

### SCHOOL VIOLENCE: ARCHIVING TRAUMA AND FACING CHALLENGES IN THE PHILOSOPHY OF EDUCATION, PSYCHOANALYSIS AND EDUCATION

### ABSTRACT

The text intends to understand, from the perspective of the relationship among the philosophy of education, psychoanalysis and education, the feasibility of institutionalizing informed dialogical practices as a counterpoint and prevention of violence in education. For this, it deals with the difficulties of their records in archives and the imperative of (re)building dialogued and propositional mediations, with a view to their better understanding and coping in the coexistence of the student and educator relationship. The aim is to hermeneutically investigate the contributions of Freud, Adorno, and Derrida on the relationship between violence, language, and memory. Also, it wants to listen to teachers and managers of public schools in five (5) municipalities in Rio Grande do Sul, through the analysis of a teaching and research experience carried out through the undergraduate course on Religion Sciences – UAB/UFSM. We aim to understand in an edifying way the vacant place of teaching in a dialogued and enlightened way, to (re)build theoretical mediations and intervention strategies to confront violence in/from education. In this sense, it raises subsidies in the dialogic reflection of the pedagogical practice of educators from the educational networks, in order to problematize the meaning of the theory and practice relationship in teacher education, in times of normalizing exception and the absence of files containing specific information from each school.

**Keywords:** philosophy of education; psychoanalysis; education; archive; hermeneutic.

Submetido em: 1/3/2023

Aceito em: 7/6/2023

Publicado em: 8/3/2024

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3575-4369>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1964-0721>

<sup>3</sup> Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9994-4241>

## INTRODUÇÃO

O texto aponta a importância de compreender a violência na educação brasileira mediante uma abordagem interdisciplinar, que envolva não só a psicologia e a sociologia (Aquino, 1998), mas também outras áreas como a filosofia, a psicanálise e a educação. Destaca ainda que os estudos sobre a violência na educação não devem limitar-se à relação entre alunos e professores, mas sim abranger as diversas formas de violência que ocorrem no ambiente escolar. A abordagem interdisciplinar é fundamental para compreender a complexidade da violência na educação, considerando seus múltiplos fatores e impactos, inclusive com relação ao ensino de direitos humanos, como bem apontam Santos e Pereira:

A interdisciplinaridade no ensino dessa temática pode ser utilizada como ferramenta para que o professor tenha a liberdade de abordar a questão de forma interligada, mas ao mesmo tempo independente, porém ainda que a interdisciplinaridade não seja encontrada, devemos considerar as ressignificações realizadas em razão do ensino de direitos humanos (2018, p. 175).

Além disso, a relação entre teoria e prática na formação de professores também é um aspecto importante, uma vez que o enfrentamento da violência na educação requer a capacidade de reflexão crítica e ações transformadoras. Nesse sentido, a experiência de ensino-pesquisa pode ser uma forma de integrar teoria e prática, possibilitando a formação de professores que estejam preparados para lidar com a complexidade e diversidade do ambiente escolar, incluindo a prevenção e enfrentamento da violência.

O objetivo do artigo é inspirado em uma experiência de ensino-pesquisa, uma vez que será investigada a prática docente em escolas, a partir do desenvolvimento de um projeto de pesquisa no campo da filosofia da educação, que trata sobre a violência na educação e as dificuldades encontradas, bem como os desafios dos seus enquadramentos na memória escolar. No Brasil, a violência ocorre, entre outros fatores, pela demora ou dificuldade do Estado em promover políticas de igualdade social e inclusão, com oportunidades. Em consequência, temos nos últimos tempos no Brasil uma onda ultraconservadora desencadeada pelas políticas governamentais em curso, cujo lema é a defesa das armas e não dos livros. Além disso, conforme os levantamentos apontam, essa política elege os negros e moradores das periferias urbanas como os alvos de uma verdadeira operação de higienização biopolítica. Segundo o artigo de Bueno *et al.* (2019, p. 58): “Constituintes de cerca de 55% da população brasileira, os negros são 75,4% dos mortos pela polícia. Impossível negar o viés racial da violência no Brasil, a face mais evidente do racismo em nosso país”.

Para averiguar esta situação, resolvemos gerar uma pequena amostra aleatória de dados *in loco* a partir de entrevistas, seguindo a pesquisa documental, extraídos a partir dos relatórios dos estudantes da disciplina de Filosofia da Educação do curso de Ciências da Religião – UAB/UFSM. Os dados foram gerados nas entrevistas com gestores (diretor/a, coordenador/a pedagógico/a, ou então orientador/a) e/ou professores de escolas públicas e particulares de cinco municípios do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, abrangidos pela oferta do curso, os quais se dispunham a responder a um questionário. Recebemos um total de 47 questionários respondidos, reconhecendo que

essa quantidade não é suficiente para obter dados representativos que permitam tirar conclusões definitivas. Essa amostra, no entanto, mesmo sendo pequena e aleatória, pode fornecer indícios relevantes para a interpretação de uma pesquisa qualitativa e análise das ocorrências estudadas. É importante destacar que, em pesquisas qualitativas, o objetivo não é alcançar uma representatividade estatística, mas sim obter *insights*, compreender nuances e identificar tendências ou padrões que possam emergir a partir dos relatos e respostas dos participantes. Assim sendo, os 47 questionários respondidos representam um conjunto limitado de informações que podem ser exploradas e interpretadas de forma cuidadosa e contextualizada. Eles fornecem uma base inicial para uma análise qualitativa, possibilitando uma compreensão preliminar das questões em estudo, mas é necessário reconhecer suas limitações em termos de generalização.

A pesquisa direciona-se para constatar a existência ou não de registros, em forma de arquivos nas escolas, materializados em atas, formulários, livro de anotações, etc., sobre casos de violência ocorridos na/da/para a escola e no seu entorno de cinco cidades do Estado do Rio Grande do Sul – RS/Brasil (Quaraí, São Francisco de Paula, Constantina, Cacequi e São João do Polêsine). Os municípios foram escolhidos porque pertencem a cinco polos do Estado do Rio Grande do Sul como área de abrangência do curso de Ciências da Religião, ofertado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) em convênio com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS/Brasil). Interessa saber se há algum tipo de preocupação com a preservação da memória da violência escolar, facultando o estudo, investigação ou reflexão sobre esses casos, visando a compreender o seu significado na educação e para o cotidiano da escola.

A lista das perguntas não precisava ser seguida rigidamente; ela era um roteiro para facilitar a geração e análise dos dados. Foram escolhidos os educadores no campo da educação básica – escolas de Educação Infantil, Ensinos Fundamental e Médio – como sujeitos desta pesquisa conjunta e colaborativa. Essa escolha se justifica pela premissa de Adorno (1995) de que um trabalho pedagógico em direção ao princípio maior – de que a barbárie de Auschwitz não se repita – deve centrar-se principalmente na infância. Buscamos auferir dados, por intermédio das entrevistas, para perceber também se a formação recebida auxilia a trabalhar com situações de violência e conflito, lidar com a diversidade, com a violência daí oriunda ou situações similares. Em especial, interessa auscultar a opinião dos professores sobre o assunto, pois não raro as políticas e práticas pedagógicas são pensadas alheias ao professor real e às suas necessidades prementes, o que leva Charlot a afirmar: “É essa a condição real do professor no Brasil, e, se queremos mudar a educação no Brasil, é preciso sempre pensar nesse profissional real, e não no professor santo ou militante” (2006, p. 11). Essa citação de Charlot aponta para a necessidade de se pensar na realidade dos professores no Brasil e em suas condições concretas de trabalho, em vez de idealizá-los como heróis ou atribuir-lhes uma função de militância política tão somente. Charlot sugere que é importante entender as dificuldades enfrentadas pelos professores, como baixos salários, falta de recursos e de formação adequada, e levar em conta suas experiências cotidianas para propor mudanças na educação. Essa perspectiva realista pode ajudar a construir políticas e práticas mais efetivas e relevantes para melhorar a educação no país.

A proposta adota como eixo interpretativo a perspectiva da hermenêutica, “desenvolvida, entre outros, por Derrida (2001), (que) vai afirmar a alteridade radical no seio do próprio horizonte interno da obra” (Campos; Coelho Jr., 2010, p. 253). Por isso, a luta contra a essencialização metafísica e a afirmação da diferença como constituinte dos sentidos. Ela tem posições que divergem de outras metodologias, como a positivista, que exige confirmação de dados a cada passo de tudo o que dizemos ou fazemos, enfatizando o ambíguo, o móvel e o descentrado, tecendo críticas à linguagem referencial e à historicidade linear. A hermenêutica desconstrutiva aproxima-se da psicanálise porque trabalha com sinais, com enigmas, disfarces, fragmentos que emergem na escuta diferenciada ao estranho, muitas vezes identificado como acessório. E por isso, em lugar do trabalho laborioso de checagem permanente do que está sendo dito, importa compreender o não dito, o que foi silenciado ou reprimido ao longo do processo, mas que denota a irrupção dos sentidos na trama de símbolos inconscientes trazida pelo depoente. Em síntese, como afirmam ainda Campos e Coelho Jr., “em vez de uma ontologia essencialista, o que se tem é uma ontologia da diferença” (2010, p. 253). Para a psicanálise, a simbologia da morte do pai corresponde à perda da autoridade original, que deixa um lugar vago para ser preenchido pelos que vêm a seguir, o que estabelece relações com a função docente diante do cenário de violência e falta de reconhecimento da sua atuação. No lugar da acentuada crise de autoridade que vivemos, provocada originalmente, segundo a psicanálise, pelo assassinato do “pai fundador”, o espírito neoconservador atual visa a instituir a repressão do biopoder, em que a violência é vista por intermédio “da noção de herança genética e de processo de reinscrição de arquivos herdados” (Seligmann-Silva, 2014, p. 35), para que não mais se repita. Desse modo, a hipótese que tentamos desenvolver é que, diante da crise de autoridade docente, expressa na violência recorrente a que está sujeito, o professor procura fazer valer a “transferência” para instâncias exteriores à escola. Tais atitudes devem ser interpretadas no contexto adverso que estamos vivendo como uma forma de autoproteção dos docentes, uma vez que eles não estão seguros da importância de registrar as ocorrências em arquivos e temem pelo envolvimento de sua integridade pessoal. É claro que é importante o movimento que procura envolver os atores sociais no enfrentamento de um problema comum, porém isso não significa compactuar com a desresponsabilização do problema e menos ainda com a imobilização do aparato escolar.

Essa posição precisa ser contrastada porque, na perspectiva da hermenêutica desconstrutiva, a violência conserva resquícios ainda metafísicos:

Todavia, seria possível investir nos atalhos, sempre indiretos, para que crueldade ou destruição, dois nomes comumente atribuídos à pulsão de morte, não encontrassem expressão em suas formas extremas que evidenciam a intolerância às diferenças, o que, doravante, estamos chamando – segundo a proposta derridiana – de tirania do Um (Canavêz, 2017, p. 427).

A citação refere-se à possibilidade de se evitar as manifestações extremas da pulsão de morte, que muitas vezes se manifestam na forma de intolerância às diferenças através de estratégias indiretas que permitam lidar com essas questões de maneira mais saudável e construtiva. A referência à “tirania do Um” relaciona-se à ideia de que

a intolerância e a violência muitas vezes são resultado de uma visão rígida e fechada do mundo, em que apenas uma perspectiva é considerada válida e todas as outras são rejeitadas ou suprimidas. Nesse sentido, a proposta é buscar caminhos alternativos, que possibilitem uma convivência mais plural e respeitosa, que valorize a diversidade e as diferenças e que possam evitar as diversas formas de violência e intolerância.

Assim, tendo presente a necessidade de propor um modelo de formação sensível aos riscos da barbárie (Adorno, 1995), inerente ao processo civilizatório, atento também à dor do outro, convertida em fenômeno coletivo por conta do ressurgimento dos autoritarismos em âmbito mundial, procuraremos, no texto, tecer cruzamentos entre as noções de violência e linguagem em sua relação com a preservação da memória. Tal é o que almejamos discutir nessa etapa da pesquisa, a partir do referencial teórico utilizado na congruência interdisciplinar entre filosofia da educação, educação e psicanálise. Afinal, como refere Birman: “A psicanálise acabou por incorporar uma série de ponderações críticas formuladas pela filosofia, da mesma forma que esta também inscreveu, no seu corpo teórico, uma série de questões enunciadas pela psicanálise” (2003, p. 7).

Desse modo, pretendemos apresentar, num primeiro momento, alguns dados gerados na experiência de ensino-pesquisa realizada com gestores e professores de escolas públicas dos cinco municípios mencionados, ocorrida no segundo semestre de 2020. A seguir, objetivamos mapear estas questões no confronto dos dados levantados nas entrevistas na correlação da prática com a teoria, levando em consideração o referencial teórico adotado. O objetivo é favorecer a reflexão sobre uma outra forma de abordagem dos arquivos da violência, colaborando para o seu enfrentamento na escola, não por mecanismos disciplinares ou de repressão, mas para debelar, diminuir ou distender os conflitos e a violência, segundo mediações interdisciplinares, dialogadas e esclarecidas.

## NARRATIVAS DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Não é possível falar de violência no ambiente escolar sem resgatar sua questão axiológica – a autoridade docente. Autoridade que, numa retomada historiográfica, denota a origem destas ocorrências e comportamentos que chancelam uma educação tradicional e positivista que, como aparelho ideológico do Estado, supervaloriza a norma em detrimento do desejo (Charlot, 2019). Posteriormente, transita para uma educação que busca, em resposta a esta questão, se reorganizar, na contemporaneidade, sobre bases mais progressistas, humanistas, dialógicas e intersubjetivas, focada na ação transformadora da realidade vivida.

A autoridade docente esteve e está, contudo, alicerçada historicamente numa relação de poder, de amor e ódio em meio ao processo educativo. Sendo assim, por vezes pode trazer resquícios deste passado opressor – o que explica a “naturalização” da violência ainda presente nas escolas, que também incide sobre os próprios professores, nas relações e em conflitos. Por isso, em relação à questão 1, se “já ocorreram atos de violência (verbal, física, psicológica) na escola e, em caso positivo, quais os tipos de violência que ocorrem dentro do ambiente escolar?”, das 47 respostas das 5 questões apresentadas 45 docentes relataram ter enfrentado ou saber de aconte-

cimentos relacionados à violência na escola. Já em relação aos tipos de violência, 17 entrevistados afirmaram que existe violência, mas não discriminaram a forma de sua ocorrência; 13 entrevistados indicaram que existem três tipos de violência (física, verbal e psicológica); 8 apontaram que existe violência física e verbal; enquanto 3 disseram que ocorre na forma física e psicológica; por fim, 4 relataram que ela se manifesta apenas de maneira verbal. Essa situação destaca a relação de poder que historicamente existiu na educação e que ainda persiste, o que pode levar a resquícios de opressão na relação entre professores e alunos. Essa naturalização da violência na escola é um problema que precisa ser enfrentado, tanto em relação aos alunos quanto aos próprios professores. Os dados apresentados mostram que um número significativo de docentes já enfrentou ou teve conhecimento de atos de violência na escola, e que a violência pode se manifestar de diversas formas: física, verbal e psicológica. A interdisciplinaridade é importante para abordar a complexidade do tema e promover a formação de professores mais conscientes e preparados para lidar com a violência na escola.

É nessa linha o comentário da entrevistada 17, quando sugere que a escola deveria ser o local de formação moral e ética das pessoas, no entanto complementa: “Apesar disso, muitas vezes o que vemos são ações opressivas, retratadas pelo poder e autoritarismo, numa estrutura hierárquica, onde os alunos ficam no meio dos conflitos, que acabam por refletir na sala de aula. Outros fatores importantes a lembrar como motivos de conflitos é a baixa qualidade do ensino ofertado no país, e ainda, encontrar uma forma de torná-lo atrativo aos alunos, para coibir os índices de abandono e de reprovação”. A citação aponta para a complexidade da relação entre os alunos e os professores na escola. Por um lado, a escola é vista como um espaço de formação moral e ética das pessoas, o que enfatiza a importância do papel dos professores na construção de valores e atitudes nos alunos. Essa expectativa, contudo, é frequentemente frustrada pela presença de ações opressivas e autoritárias, que refletem uma estrutura hierárquica de poder na qual alunos e professores acabam sendo vítimas. A entrevistada aponta também para a baixa qualidade do ensino ofertado no país, o que é um fator importante a considerar na análise da violência na escola. Além disso, a necessidade de tornar o ensino mais atrativo aos alunos é uma questão relevante, pois a falta de motivação pode contribuir para índices elevados de abandono e reprovação. Em suma, a citação destaca a importância de uma abordagem integrada na análise da violência na escola, considerando não apenas a relação entre alunos e professores, mas também a qualidade do ensino e a motivação dos alunos.

Já com os educandos, alguns depoimentos repercutem posições de conformismo paralisante – com reforço da aceitação desta autoridade violenta – ou então de reação e enfrentamento – posicionamento este que, dependendo de como é abordado pela escola, pode também redundar em situações reativas de reforço do conflito e/ou da violência escolar ou na promoção da autonomia dos educandos circunscrita numa ação baseada no diálogo e no respeito aos direitos humanos e à diversidade.

A autoridade docente está sendo hoje, mais do que nunca, colocada em xeque dada a nova autoridade emergente – a “autoridade algorítmica digital” (Zuin; Zuin, 2019), quando o poder do conhecimento sai do domínio exclusivo do docente e transita para o domínio público, da cultura digital, da Internet, dos *sites* de busca, acessíveis

pelo celular e de qualquer lugar. É nesse sentido a inquietação expressa no depoimento da entrevistada 37: “com o avanço da tecnologia muitos tipos de violência migraram para as redes sociais.” A entrevistada destaca uma preocupação crescente sobre como a tecnologia, especialmente as redes sociais, tem sido usada para perpetuar diferentes tipos de violência. Ela está expressando sua inquietação sobre como a tecnologia avançada tornou mais fácil para os perpetradores de violência se esconderem no anonimato, o que pode tornar mais difícil identificar e responsabilizar indivíduos. Ao mesmo tempo, a citação também destaca a importância de reconhecer que a violência não é uma nova ocorrência nas redes sociais. As pessoas foram vítimas de violência e assédio de muitas formas há décadas, mas a tecnologia tornou mais fácil e acessível para os agressores perpetuarem seus crimes em escala global. É crucial que a sociedade continue a desenvolver soluções eficazes para enfrentar e combater a violência nas redes sociais e em outros espaços *on-line*. E isso leva ao questionamento por parte dos educandos da relevância do papel do professor neste novo contexto que se estabelece. Conjetura na qual, nos últimos anos, têm sido evidenciadas crescentes situações de *cyberbullying* direcionadas aos docentes e discentes. Essa questão pode assim ser vista do ponto de vista da psicanálise:

O discurso dominante corresponde a um progressivo declínio do Nome-do-Pai, que acaba por lançar o sujeito em busca de atos simbólicos e esta é a condição do delinquente: através de seu delito ele faz um apelo à lei, a uma lei simbólica que é, justamente, aquela que lhe falta (Fontes, 2010, p. 79).

Fontes aponta aqui para uma compreensão da delinquência como uma forma de busca do sujeito por atos simbólicos e apelo à lei, num contexto em que há um progressivo declínio do que ele chama de Nome-do-Pai. O Nome-do-Pai refere-se a uma figura simbólica que representa a lei e a autoridade, que exerce uma função estruturante na psique do sujeito. O discurso dominante, no entanto, estaria levando a um enfraquecimento dessa figura, o que pode deixar o sujeito em busca de outras formas de estabelecer uma relação com a lei e a autoridade. Nesse contexto, a delinquência poderia ser vista como uma tentativa de estabelecer essa relação de forma simbólica, como um apelo à lei que lhe falta. Essa compreensão da delinquência e da relação do sujeito com a lei e a autoridade tem implicações importantes para o entendimento dos fatores que levam à violência e à criminalidade, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas que buscam prevenir e combater esses fenômenos. Ela aponta para a necessidade de se fortalecer a figura da lei e da autoridade simbólica, não apenas como uma maneira de coibir a violência e a criminalidade, mas também como uma forma de promover uma maior integração do sujeito na sociedade e no mundo simbólico.

Como sabemos pelas experiências do Holocausto, porém, o caminho da força só abre a porta para a eclosão da violência do estado de exceção. Assim como Freud (1980) fala de um duro golpe sofrido pela humanidade no seu narcisismo primitivo<sup>4</sup>, também a

<sup>4</sup> Referimo-nos aos três golpes sofridos pelo narcisismo da humanidade, descritos por Freud em “Uma dificuldade no caminho da psicanálise” (1917): o golpe cosmológico, de Nicolau Copérnico (1473-1543), o golpe biológico, de Charles Darwin (1809-1882); e o golpe de natureza psicológica, da própria Psicanálise, na passagem do século 19 para o século 20.

docência sofreu um duro golpe ao passar, como afirma Charlot (2019), da centralidade da “norma” para o “desejo” com a mudança da pedagogia tradicional para a pedagogia nova. O descentramento da figura do professor para o estudante não resolveu o problema, como queriam algumas teorias e metodologias, pois não foi acompanhado de condições formativas e ambientais que dessem o amparo necessário às escolas para efetivar esta mudança. Resulta que temos hoje no Brasil um quadro assustador de desrespeito ao professor, ao seu conhecimento e ao ambiente escolar, que coloca o país como campeão mundial de violência contra o professor (Gomes, 2015). E isso traz à tona uma reflexão importante sobre a relação entre a violência e o exercício da docência no contexto educacional. O uso da força pode abrir caminho para a eclosão da violência do estado de exceção, como vimos durante o Holocausto, haja vista que o descentramento da figura do professor para o estudante não resolveu o problema do desrespeito ao professor e ao ambiente escolar. Ao mudar o foco da centralidade da “norma” para o “desejo” na pedagogia, houve uma mudança significativa na forma como a educação era vista. Se essa mudança, no entanto, não foi acompanhada de condições formativas e ambientais que dessem o suporte necessário para as escolas efetivarem essa transformação e, se o resultado é um quadro assustador de desrespeito ao professor e ao seu conhecimento, além de um ambiente escolar que não oferece o suporte necessário para a aprendizagem, essa reflexão nos leva a considerar a importância de se pensar em soluções efetivas para promover um ambiente escolar seguro e respeitoso, que valorize o papel do professor na formação dos estudantes. Isso envolve ações que vão além do reconhecimento da importância do papel do professor, mas que ofereçam também condições adequadas para a prática pedagógica e o desenvolvimento profissional dos educadores, além de medidas para prevenir e combater a violência na escola. Somente assim poderemos criar um ambiente escolar saudável e respeitoso para todos.

Por isso há necessidade de repensar as nossas teorias e práticas, no sentido de evitar, ou pelo menos prevenir a reprodução da violência ocasionada pelo “mal de arquivo” (Derrida, 2001) da educação, porquanto fixada apenas nos aspectos negativos da violência. Derrida chama de “mal de arquivo”, numa alusão ao “mal radical” da Segunda Guerra Mundial; mal que, motivado pela pulsão de morte ou de destruição, anula o potencial do arquivo e contribui para seu aniquilamento, ou seja, para o seu esquecimento.

O “medo” existente na recuperação dos arquivos dos conflitos e da violência está, por sua vez, na descoberta do seu “pai fundador”, quando este acaba por ser substituído por outro, subvertendo, desta forma, as possibilidades de uma efetiva interpretação dos fatos ou mesmo do histórico da violência no ambiente. O arquivo da violência acaba sendo corrompido, assim como a própria noção de autoridade, inviabilizando a reflexão docente e a consequente ação profilática para que estes fatos não se repitam. Posicionamento este que não colabora para o objetivo educacional apresentado por Adorno de que: “O centro de toda a educação política deveria ser que Auschwitz não se repita” (1995, p. 137). Assim, no lugar vago da docência se institui uma falta que culmina na repetição (de normas, de procedimentos e de arquivamento em atas), que não colabora para evitar a insurgência periódica da violência na escola, impetrando

um círculo vicioso que a retroalimenta. Vê-se aqui a importância de reconhecer e interpretar adequadamente os arquivos dos conflitos e da violência, a fim de evitar que a história se repita, no entanto o medo existente na recuperação desses arquivos está na descoberta do “pai fundador” da violência, ou seja, da figura ou grupo responsável pelos atos violentos. Esse medo pode levar a uma substituição desse “pai fundador” por outra figura ou grupo, distorcendo assim a interpretação dos fatos e corrompendo o arquivo da violência. Tal posicionamento pode culminar na repetição de normas e procedimentos simplesmente, o que pouco favorece para evitar a insurgência periódica da violência na escola, criando um ciclo vicioso que a retroalimenta. A reflexão destaca a importância de se abordar a violência e os conflitos de forma apropriada e responsável, a fim de evitar que a história se repita e para criar um ambiente escolar seguro e respeitoso. Isso envolve o reconhecimento e a interpretação adequada dos arquivos da violência, bem como a ação docente para prevenir e combater a violência na escola. Somente assim podemos garantir que o objetivo educacional apresentado por Adorno de não repetir Auschwitz seja alcançado.

Na questão 2 do questionário, que perguntava como a escola se posiciona em relação aos casos de violência, houve algumas respostas diferentes dos entrevistados. Para 23 deles, a escola busca mediar conflitos por meio de parcerias com órgãos competentes, famílias e comunidade escolar no geral, participando do Programa Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (Cipave)<sup>5</sup> e encaminhando os envolvidos em casos de violência para o Setor de Orientação Educacional (SOE). A escola também realiza palestras sobre tolerância e respeito à diversidade e faz registro dos casos de violência. Em casos de violência física, a escola realiza um Boletim de Ocorrência interno e aciona a Brigada Militar. Para 11 entrevistados, a escola busca mediar conflitos dentro do ambiente escolar com o apoio da equipe diretiva, família e comunidade, trazendo orientação e acolhimento aos envolvidos. É sabido, no entanto, que os laços familiares estão cada vez mais dissolvidos, fruto das transformações de época, como bem assevera Morais (2019, p. 24): “A lógica cosmopolita, inerente às cidades, é comprometida com o tribalismo – a violência urbana tanto produzida por jovens de gangues quanto por terroristas tem sua raiz no colapso do Estado do Bem-Estar Social, que produz miséria e fragiliza os laços institucionais (família/escola)”, mas a escola trabalha ainda com o objetivo da prevenção, da aceitação e do respeito de cada um dos seus membros. Para 8 entrevistados, a escola dá ênfase ao diálogo com os envolvidos e registra os casos de violência. Apenas 1 entrevistado afirmou não haver ocorrências de violência em seu ambiente de trabalho escolar. Em geral, a escola busca trabalhar com a prevenção e o combate à violência, buscando parcerias e diálogo com os envolvidos.

E quando indagamos (questão 3) “se existem dados na escola em relação à violência”, 34 entrevistados responderam que sim, isto é, que existem dados disponíveis nas escolas a este respeito. São, porém, formas convencionais de registros, como as Atas, cadernos de anotações, ou mesmo a escola se posiciona como mediadora, chamando

<sup>5</sup> O Programa Cipave atua em parceria com as demais secretarias de governo, buscando orientar a comunidade escolar no enfrentamento da violência. Foram implantadas na rede pública de escolas do RS por meio da Lei Estadual nº14.030 de 26 de junho de 2012 com uma série de objetivos, visando a proporcionar maneiras de combate e prevenção dentro da escola em parceria com diversos órgãos de segurança pública.

os pais ou o Conselho Tutelar. Já 9 entrevistados disseram que não há registro algum dos fatos, enquanto 2 entrevistados não sabem ou não responderam. A passagem do relatório aponta para uma questão importante em relação à violência na escola, que é a disponibilidade e qualidade dos dados que as escolas possuem sobre o assunto. Embora a maioria dos entrevistados tenha indicado que existem registros de violência nas escolas, os dados muitas vezes são coletados de forma convencional, por meio de atas e cadernos de anotações, e muitas vezes a escola assume o papel de mediadora entre os envolvidos. Essa forma de registro é importante, mas pode ser limitada em sua capacidade de fornecer informações precisas e detalhadas sobre os casos de violência. Por exemplo, esses registros podem não fornecer informações suficientes sobre a natureza dos incidentes, a frequência com que ocorrem e os fatores que contribuem para sua ocorrência.

O fato de que alguns entrevistados indicarem que não há registro algum dos casos de violência é ainda mais preocupante, pois isso significa que essas escolas não estão acompanhando e monitorando devidamente o problema da violência em sua comunidade escolar. Sem informações precisas e atualizadas sobre a violência, é difícil para as escolas desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Em resumo, a passagem do relatório destaca a importância de ter dados precisos e confiáveis sobre a violência na escola, para que possam ser desenvolvidas estratégias adequadas de prevenção e intervenção. As escolas precisam ter sistemas de registro mais abrangentes e precisos para acompanhar a violência e identificar as causas subjacentes, a fim de instituir soluções efetivas para prevenção e resolução desses casos.

Talvez o modo de sanar preventivamente esses questionamentos e impedir a ocorrência de tais consequências seja definir mais precisamente o que se entende por arquivo e, em especial, o que seria o arquivo da violência e qual o seu papel na educação e nas escolas. Isso porque, como revela Costa, “Lançar um outro olhar para o arquivo escolar no presente é pensar as imagens com uso crítico, num projeto aberto, não esquecendo que para cada pessoa a relação com o arquivo se processa de uma forma” (2015, p. 3). Defendemos desse modo uma compreensão de qual é a atribuição da educação e da pesquisa neste caso, que sugere a adoção de medidas participativas e a implicação dos sujeitos pesquisados com o objeto temático.

## CRÍTICA DOS ARQUIVOS DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Há que se definir, porém, o tipo de registros a que estamos nos referindo do ponto de vista psicanalítico, porque Freud distinguia dois tipos de ocorrência nesse sentido: “a repetição do mesmo” e “a repetição diferencial”. Enquanto a primeira é estereotipada e se aproxima da reprodução, a segunda é produtora de novidades e, portanto, fonte de transformações. Embora haja iniciativas louváveis para lidar com a violência na escola, como solicitar ajuda à Brigada Militar, ao Conselho Tutelar, às redes de apoio ou preencher registros de ocorrência para o Programa Cipave, observamos que o padrão inconsciente que se reproduz é o da “repetição do mesmo”, ou seja, a estereotipação da violência. Isso expulsa a violência do esquema simbólico para fora da escola, impedi encontrar soluções duradouras e eficazes para lidar com a violência. Destaca-se, portanto, a importância de compreender o tipo de repetição que está

ocorrendo e a necessidade de buscar uma forma diferencial, que possa produzir transformações e novidades. Isso exige um esforço conjunto para lidar com a violência na escola, não apenas tratando os sintomas, mas buscando soluções mais profundas que possam transformar a cultura intra e extraescolar e prevenir a recorrência da violência.

A conjuntura atual é preocupante, pois mostra um problema relacionado à relevância atribuída aos arquivos de situações de conflito e/ou violência escolar e sua capacidade de fornecer dados e informações úteis para a prevenção de tais situações. Esse cenário pode indicar uma tendência ao esquecimento desses arquivos, pois muitas vezes a realidade que eles retratam precisa ser apagada, por ser considerada vergonhosa para a escola. Quando essas ocorrências são “resolvidas”, elas são dadas como “encerradas” e não devem ser tornadas públicas para que não “manchem” o nome da escola e/ou dos envolvidos. Essa prática leva a situações em que não há informações verdadeiras e específicas sobre a violência escolar em cada escola, dificultando a adoção de ações preventivas, como comentado por Crispino e Dusi (2008, p. 605): “Dizemos que o problema é grave, mas não temos informações verdadeiras e específicas de cada escola para planejarmos as ações”.

Quando pesquisamos (questão 4) se “há algum tipo de trabalho com os envolvidos e, em caso positivo, descreva-o”, 41 depoentes disseram que a escola se posiciona dentro dos recursos cabíveis, mediante o diálogo com os alunos e o Serviço de Orientação Escolar (SOE) e também que adotam orientações legais mais severas se forem necessárias. Já para 2 entrevistados não há trabalho algum e 1 sujeito da pesquisa não soube responder. Tal situação aponta para a existência de diferentes abordagens em relação ao trabalho com os envolvidos em casos de violência na escola. A maioria dos entrevistados indicou que a escola adota medidas dentro dos recursos cabíveis, incluindo o diálogo com os alunos e o Serviço de Orientação Escolar (SOE), além de adotar orientações legais mais severas, se necessário. Essa abordagem é importante, pois reconhece a importância do diálogo e da mediação na resolução de conflitos, ao mesmo tempo que estabelece limites claros para o comportamento violento e indica que a escola pode adotar medidas mais severas, se necessário. É preocupante, contudo, que alguns entrevistados tenham indicado que não há trabalho algum com os envolvidos em casos de violência na escola. Isso sugere uma falta de estratégias e medidas para abordar o problema da violência e resolver conflitos, o que pode levar a um ambiente escolar inseguro e hostil. Em geral, destaca-se a importância de ter estratégias claras e eficazes para lidar com casos de violência na escola, que vão desde o diálogo e mediação até medidas legais mais severas, se necessário. A abordagem adotada pela escola deve ser abrangente e adequada às circunstâncias de cada caso, para garantir que os envolvidos recebam o suporte e as orientações necessárias para resolver o conflito e prevenir a ocorrência de novos casos de violência.

Em síntese, a escola precisa encontrar um equilíbrio entre a preservação da instituição e o envolvimento ativo na solução dos problemas e conflitos que ocorrem dentro do espaço escolar. Isso implica mudanças de práticas escolares e a inscrição de novos arquivos no processo de ensinar e aprender, para evitar lacunas no psiquismo dos alunos que possam contribuir para a eclosão de arquivos herdados e para a perpetuação da violência.

Em relação à quinta questão, “existe violência da escola, a violência institucional ou simbólica?”, embora com alguns registros de falta de entendimento (4 entrevistados), ainda assim fica bastante evidente este reconhecimento por parte dos profissionais entrevistados de que historicamente foi se construindo uma cultura de “naturalização” da violência institucional e/ou simbólica no contexto escolar. A passagem do relatório aponta para uma questão fundamental quando se trata de violência escolar: a existência da violência institucional ou simbólica, que pode ser difícil de ser identificada ou percebida por muitos profissionais da escola. Embora a maioria dos entrevistados tenha reconhecido a existência dessa forma de violência, quase metade dos pesquisados (21) teve dificuldade em identificá-la.

Em vista disso, para esclarecer melhor a questão, poderíamos nos perguntar o que seria a violência simbólica ou institucional? Para fins de definição utilizaremos o conceito de Bourdieu e Passeron, para os quais a violência simbólica é: “Todo o poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força” (1975, p. 19).

Desse modo, a violência institucional ou simbólica refere-se a um tipo de ocorrência que está presente nas estruturas e normas da instituição escolar e que pode ser manifestada de maneira sutil, muitas vezes não percebida pela comunidade escolar. Essa violência pode incluir práticas discriminatórias, como racismo, sexismo, homofobia, entre outras, além de uma série de outras formas de violência que afetam a vida dos alunos e sua experiência escolar.

O fato de que muitos profissionais da escola têm dificuldade em reconhecer a existência da violência institucional ou simbólica é preocupante, pois isso pode levar a uma falta de intervenção e de mudanças na cultura escolar, perpetuando assim práticas que invisibilizam a violência e a discriminação. É necessário, portanto, que a escola invista em formação e capacitação para que os profissionais possam reconhecer e abordar a violência institucional e simbólica, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Mesmo assim, para 17 entrevistados as respostas asseveram que a violência está presente na escola principalmente quando há a necessidade de se “punir” estudantes e professores. É comum que muitos professores resolvam problemas mais sérios de indisciplina levando adiante, para a coordenação ou direção da escola, um episódio de violência verbal que iniciou na sala de aula. O caso mais relevante, no entanto, é a forma como a escola, muitos professores e coordenadores compreendem os estudantes. Por isso, a entrevistada 41 argumenta ser difícil responder a essa questão, “uma vez que a violência institucional pode ocorrer no momento em que se cobra uma padronização de comportamentos em sala de aula. Quando todos os alunos são avaliados através de um mesmo instrumento, (...) enfim, quando se busca a homogeneização dos alunos, independentemente de sua origem, suas aspirações, suas dificuldades”.

O depoente 5 garante que há sempre, no ambiente da escola, uma suspeição, um conflito de gerações, desconfiança gerada por origem social das crianças e adolescentes, o que justifica a tendência a desvalorizá-los e desmoralizá-los por serem de determinada

idade ou classe social. Salienta ainda que uma das maiores violências que estudantes sofrem em escolas é a falta de crédito em seu potencial, ou a falta de confiança nas suas bases morais por aqueles que deveriam educá-los. E por isso acham natural que a educação que recebem seja de “péssima qualidade”. É comum, em conversas de professores, que haja afirmação de que os problemas de aprendizagem dos estudantes que eles atendem seja por causa de sua pobreza e sua “miséria cultural”. Ou que sua origem determina comportamentos tais e que seja inútil tentar ensiná-los e, por fim, que muitos professores não consideram seus próprios estudantes como “pessoas civilizadas”.

Já os professores sofrem violência institucional por causa das relações internas e externas de poder a que está exposta a instituição. Geralmente diretores e coordenadores têm um papel dúbio, de atender ao estudante, e mesmo às suas próprias demandas como docentes, ao exigir condições ideais de exercício da docência. De natureza diversa da violência institucional que o estudante sofre, a do professor aprofunda a erosão de sua autoridade e boas condições de trabalho, tornando-o vulnerável a estudantes e pais, que cobram da escola pública qualidade e veem no docente o principal responsável pela sua falta. O entrevistado 12 comenta nesse sentido: “Os alunos hoje em dia desacatam professores e os pais muitas vezes dão ênfase aos filhos por desconhecer suas atribuições com a educação que devem ter com os mesmos”. O trecho destaca que muitos alunos desrespeitam os professores e que os pais, por sua vez, muitas vezes não sabem como lidar com a educação dos filhos. Essa dinâmica pode ser influenciada por diversos fatores, como a falta de diálogo e cooperação entre pais e professores, a falta de informação sobre o papel de cada um na educação dos alunos e a falta de recursos e apoio para lidar com situações de conflito e violência na escola.

É importante salientar que a relação entre pais, professores e alunos é fundamental para a construção de um ambiente escolar seguro e saudável. É necessário que haja uma comunicação clara e efetiva entre esses atores, de modo a promover uma cultura de respeito, cooperação e diálogo. Além disso, é importante que sejam oferecidos recursos e ferramentas para lidar com conflitos e situações de violência na escola, de forma a garantir que todos possam exercer seu papel na educação e proteção dos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do texto foi propor uma discussão interdisciplinar sobre a memória da violência na educação, levando em consideração a filosofia da educação, psicanálise e educação, no contexto da “era da violência” contemporânea (Bernstein, 2015). Com o objetivo de alcançar essa meta, a proposta em questão realizou uma revisão da literatura sobre a violência, com foco nas perspectivas de Freud, Adorno e Derrida. Esse referencial teórico foi utilizado para embasar a análise hermenêutica dos dados obtidos por meio de uma reflexão que abordou a relação entre ensino e pesquisa na disciplina de Filosofia da Educação, no contexto do curso de Ciências da Religião.

Durante a coleta de dados foram obtidas respostas de 47 entrevistados. É importante ressaltar que essa amostra, embora não represente de forma concreta e abrangente o pensamento dos agentes estudados, oferece indícios que contribuem

para a compreensão e análise apresentadas. Ao considerar os levantamentos realizados, os dados obtidos permitem lançar luz sobre algumas análises, fornecendo *insights* relevantes. É fundamental, contudo, reconhecer as limitações dessa amostra e interpretar os resultados com cautela, cientes de que essas conclusões não podem ser generalizadas para a totalidade do contexto estudado.

Assim, o texto propõe uma discussão sobre como a reflexão filosófica, educativa e psicanalítica sobre a violência, com o estudo da lógica do pensamento, a reflexão sobre a ética e os valores da convivência e com sua visão de totalidade, pode contribuir para a interpretação e enriquecer o universo da convivência humana intra e extra escolar. Para abordar essa temática o artigo propõe uma investigação incluindo entrevistas aleatórias com professores sobre a violência escolar e a relação entre violência, memória e linguagem e suas implicações para as teorias da educação, considerando as grandes violências que marcaram o século 20.

Percebemos ao longo da discussão e da análise dos dados que há um processo de assujeitamento dos estudantes às normas de sociabilidade da escola, fazendo perpetuar a sua forma de organização específica, malgrado as mudanças que ocorrem na sociedade mais ampla. Em poucos momentos observa-se que a escola reflete com os professores sobre os dados das ocorrências para modificar suas pautas diante de tais registros. Não há praticamente apontamentos nas falas dos entrevistados de que houve deslocamentos em relação às funções simbólicas fixas e pré-determinadas já assumidas, dado o fato que as políticas educacionais já vêm engessadas de cima para baixo. Embora haja iniciativas de levantamento de dados para o trabalho estatístico, como o Programa Cipave, interessa saber o que significa o trabalho efetivo com sujeitos, no que tange às possibilidades de intervenção com o intuito de mitigar as consequências da violência em situações concretas, questão para a qual parecem faltar respostas objetivas para além do padrão simbólico dominante.

A complexidade do contexto educacional é evidente, com a sobrecarga de demandas sociais que colocam a escola como uma tábua de salvação em constante crise, levando a uma paralisação da prevenção de uma formação integral e emancipatória dos sujeitos epistêmicos. O desafio da questão da autoridade ainda persiste, pois os limites do exercício da autoridade estão sendo transferidos para fora da escola, devido ao lugar vago da docência. Em resumo, é necessário repensar a forma como lidamos com a violência escolar, buscando formas de intervenção mais efetivas e uma formação integral e emancipatória dos sujeitos epistêmicos, sem deixar de considerar a questão da autoridade e os limites do seu exercício.

As reflexões de Freud, Adorno e Derrida indicam os graves problemas decorrentes da noção instrumental do arquivo, que leva à repetição do mesmo e à produção da barbárie. Essas reflexões, no entanto, também abrem novas possibilidades para o arquivo, que pode ser lançado em direção ao futuro pelo intérprete-arquivista. A noção derridiana de “mal de arquivo” permite uma análise crítica da memória do passado e, ao mesmo tempo, uma abertura para novas ações pelo modelo da “repetição diferencial”.

Com o aumento da incidência de violência nas escolas, é fundamental que os educadores busquem entender a relação entre a filosofia da educação, a psicanálise e a educação para lidar com os novos desafios que surgem no enfrentamento dessas

situações. Nesse sentido, é importante considerar os arquivos da violência escolar como fontes de análise e reflexão, que permitem compreender as dinâmicas envolvidas e encontrar caminhos para a sua superação.

A filosofia da educação pode contribuir para essa discussão, ao analisar a relação entre educação e sociedade e refletir sobre o papel da escola na formação dos indivíduos. A partir dessa perspectiva, é possível questionar as bases do sistema educacional atual e pensar em novas formas de educação que priorizem o respeito à diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Já a psicanálise pode ser um importante recurso para entender as raízes da violência nas escolas e os efeitos que ela pode causar nos indivíduos envolvidos. Ao analisar os conflitos internos e as dinâmicas psicológicas envolvidas, a psicanálise pode ajudar a identificar possíveis causas da violência e a trabalhar para preveni-la e combatê-la.

Por fim, a educação pode contribuir para a superação da violência escolar ao promover a formação de indivíduos críticos e conscientes, capazes de dialogar e de respeitar as diferenças. Para isso, é importante que as escolas ofereçam espaços de discussão e reflexão sobre a violência, e que os educadores estejam preparados para lidar com essas situações de forma adequada e eficaz.

Assim, é possível afirmar que a relação entre a filosofia da educação, a psicanálise e a educação pode ser um importante recurso para enfrentar os novos desafios relacionados à violência escolar. Ao trabalhar de forma integrada, essas áreas podem contribuir para a formação de indivíduos mais conscientes, críticos e tolerantes, e para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Aprender a lidar com conflitos, traumas e transições importantes pode contribuir para a diminuição dos índices de violência e promover a resolução não violenta de conflitos. Isso implica uma outra forma de abordagem dos arquivos da violência escolar e no exercício da aprendizagem da docência. A construção de mediações pedagógicas em forma de arquivos criativos e antifascistas pode nos permitir lidar com a violência crescente nas escolas. Esse é um desafio ou convite para alçar um novo voo do Pássaro de Minerva no enfrentamento da violência pela raiz.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. *Cadernos Cedes*, ano XIX, n. 47, p. 7-19, dez. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/McscGNZXgMDPNzVCsf5rZ-8D/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BERNSTEIN, Richard. *Violencia: pensar sin barandillas*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.
- BIRMAN, Joel. *Freud & filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- BIRMAN, Joel. Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza Humana*, v. 10, n. 1, p. 105-128, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis; NASCIMENTO, Talita. Análise da letalidade policial no Brasil. In: *Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2019*, ano 13, p. 58-71, 2019. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.

CAMPOS, Érico Bruno Viana; COELHO JR., Nelson Ernesto. Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. *Estudos de Psicologia I*. Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 247-257, abr./jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000200012>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CANAVÊZ, Fernanda. Da resistência autoimunitária ao múltiplo da psicanálise. *Revista Psicologia USP*, v. 8, n. 3, p. 424-431, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420150202>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CERQUEIRA, D.; LIMA, R. S. de et al. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Ipea; FSBSP, jun. 2017. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WM3zS7XkRpgwKWQpNZCZY8d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CHARLOT, Bernard. A questão antropológica na Educação quando o tempo da barbárie está de volta. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, jan./fev., p. 161-180, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62350>. Acesso: 20 fev. 2023.

CHARLOT, Bernard. Violência na escola: como os sociólogos franceses tem abordado essa questão. *Interfaces. Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jun./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 fev. 2023.

CHRISPINO, Álvaro; DUSI, Miriam Lucia Herrera Masotti. Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro: v. 16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/wgXgNmtrfL6hxnDPBywJPSt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20 fev. 2023.

COSTA, Fabíola Cirimbelli Búrigo. Reflexões para um pesquisar na interface da educação e da arte: convergindo desejo, memória e arquivo pessoal. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/reflexoes-para-um-pesquisar-na-interface-da-educacao-e-da-arte-convergingo-desejo>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FONTES, Ana Maria Moraes. Violência nas escolas: a crise da autoridade. *Educ. Foco*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 77-85, mar./ago. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf). Acesso em: 20 fev. 2023.

FREUD, Sigmund. Uma dificuldade no caminho da Psicanálise [1917]. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. V. XVII.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GOMES, Luiz Flávio. *Brasil: campeão mundial de violência contra professores*. 2015. Disponível em: <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/136798228/brasil-campeao-mundial-na-violencia-contra-professores>. Acesso em: 4 jul. 2022.

MORAIS, Ronaldo Queiroz. Educação e barbárie: por uma economia política das desigualdades no espaço escolar. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí: Editora Unijuí, ano 34, n. 107, p. 19-37, jan./abr. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/7046-Texto%20do%20artigo-38515-1-10-20190328.pdf>. Acesso: 20 fev. 2023.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PEREIRA, Milene Rejane; RODRIGUES, Érica Renata Clemente. Violência na escola: considerações a partir da formação docente. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 573-590, maio/ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n2p573>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PEREIRA, Suzana Paula de Oliveira. Ensino em direitos humanos: Considerações no contexto da prática. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí: Editora Unijuí, ano 33, n. 106, p. 158-177, set./dez. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Desktop/Backup/Desktop/Para%20uma%20teoria%20do%20fantasma/Ensino%20em%20Direitos%20Humanos%20-.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Sobre o anarquismo – um encadeamento a partir de Walter Benjamin. *Poiesis*, Niterói, v. 24, p. 35-58, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22409/poiesis.1524.35-58> Acesso: 20 fev. 2023.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares; ZUIN, Vânia Gomes. A autoridade do professor no contexto da autoridade algorítmica digital. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 30, p. 1-24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2018-0038>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Os projetos de pesquisa que geraram o texto são intitulados: “Teorias da Violência na Educação: Formação de Professores para atuar em Situações de Conflito”, aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ na Chamada MCTIC/CNPq – Edital Universal nº 28/2018 – faixa C, Processo nº 425947/2018-1 com tempo de execução previsto de 18/2/2019 a 17/2/2025 (prorrogado pelo CNPq em razão da pandemia de Covid-19 para 28/2/2025), registrado sob o CAAE 49293021.5.0000.5346; Projeto de pesquisa “Arquivos da Violência na Educação: Desafios para a relação entre Violência, Memória e Linguagem”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ na Chamada CNPq Nº 09/2020, Processo nº 306987/2020-1 com Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ-1C e com tempo de execução previsto de 1º/3/2021 a 28/2/2025, registrado sob o CAAE nº 44902321.7.0000.5346.

**Autor correspondente:**

Amarildo Luiz Trevisan

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

Av. Roraima nº 1000 – Cidade Universitária – Bairro Camobi – Santa Maria/RS, Brasil. CEP: 97105-900.

[trevisanamarildo@gmail.com](mailto:trevisanamarildo@gmail.com)

Este é um artigo de acesso aberto distribuído  
sob os termos da licença Creative Commons.